

FHC Cobrança

O presidente Fernando Henrique mudou o tom dos seus últimos pronunciamentos: a reeleição intencionalmente esquecida cedeu espaço às preocupações reiteradas com as reformas, renovando apelos ao Congresso para a aprovação, o mais depressa possível, das que não podem esperar mais, depois de tantos adiamentos.

Nada de novo na lista das prioridades. São as de sempre: a reforma administrativa, da Previdência Social, a política, ainda por definir, a tributária de angustiante urgência.

A julgar pelo que tem dito, está ardendo de impaciência, plenamente afinado com o sentimento da sociedade, atento às manifestações que pipocam em todos os cantos. Uma vez ultrapassado o obstáculo inicial e sinalizador da reeleição, chegou a hora de cuidar da administração, dos retoques na imagem do governo para as serventias da campanha eleitoral, que dentro de um ano estará aí, batendo à porta.

Não é sem tempo. Entenda-se. Fernando Henrique começou a dar ouvidos às vozes da cobrança. Cada vez mais vigorosas, como em ensaio de coro que promete engrossar, afinado pelas claves preocupantes da inquietação. Consumiu-se muito tempo cuidando da reeleição, e só da reeleição. É hora do governo dar seu recado.

Mas, se o presidente tem falado, a verdade é que o governo, com as exceções de praxe, parece desatento à reciclagem tática. E palavras o vento leva. Falta a evidência da ação, do empenho da equipe, solidária na arrancada para recuperar o ano e meio que se evaporou na batalha política.

Pelo visto, está faltando a coordenação para imprimir seriedade e consistência aos propósitos presidenciais. Alguns ministros, quando solicitados a esclarecer os planos do governo, restringem-se ao seu setor, sem avançar na avaliação do conjunto. E, francamente, o que se anunciou até agora não chega a ser entusiasmante.

Ora, o governo está diante de um quadro novo. A reeleição praticamente garantida — tão certa que levou ao desânimo a obstinação de Paulo Maluf, compelindo-o a anunciar que ensarilhou as armas, desistindo de continuar uma luta perdida —, multiplicou as cobranças.

Aqui e lá fora. No último giro pela Europa, o presidente recolheu os aplausos de praxe, colecionou sucessos, títulos, homenagens, mesclados com dissabores que o incomodaram. Recebido em audiência pelo papa João Paulo II, com toda a pompa do cerimonial do Vaticano, recolheu as preocupações da Igreja com a injusta distribuição de renda, a lentidão burocrática que entrava a reforma agrária, com as injustiças sociais que reclamam a atuação mais enérgica do governo.

O presidente reagiu às críticas do documento dos escritores e intelectuais italianos que assinalaram as contradições entre os compromissos e posições do sociólogo de conceito internacional e a pressa com que o governo privatiza setores estratégicos e descuida dos programas sociais.

Nada, entretanto, deve ter merecido maior atenção do presidente do que a análise de impecável lucidez do seu amigo de muitos anos, o professor de filosofia José Arthur Giannotti. Sem qualquer azedume ou má vontade, nenhum ranço sectário, o professor Giannotti tocou no ponto exato: a reeleição aprovada no primeiro turno de votação pela Câmara, entre erros e acertos, conferiu ao presidente uma soma de responsabilidades proporcional à força e prestígio, ao poder político que o situam em posição singular, inédita na história republicana. Giannotti manifesta o receio que o presidente se transforme no déspota esclarecido da velha cantilena de todas as fórmulas de arbítrio.

Não é outro o sentimento que estimula as cobranças. O presidente que conseguiu o mais difícil, o que parecia o impossível: a reeleição na fórmula sob medida, sem restrições, sem exigência da desincompatibilização, só não faz o que não quiser. Quem pode o mais, pode o menos.

JORNAL DO BRASIL
19 FEV 1997